

Diplomas e História

J. Roberto Whitaker Penteado

O uso do cachimbo deixa a boca torta. - Provérbio antigo

O que tem a ver a polêmica surgida com a derrubada do diploma de jornalista pelo STF com o descobrimento do Brasil?

Vamos lá. Todos sabem que a chegada dos portugueses às nossas terras - a que alguns ainda chamam de "descobrimento" - deu-se no ano redondo de 1500. O que nem todos se lembram é de que, quando aqui chegou o almirante Cabral e o seu escriba Pero Vaz, nascido no concelho de Caminha, próximo à fronteira de Espanha, já os dois superpoderes ibéricos haviam conchavado com o papa Alexandre VI - seis anos antes, na cidade de Tordesilhas para que todas as terras "descobertas e por descobrir" fossem repartidas entre eles.

O velho continente vivia os últimos anos do sistema feudal, que havia vigorado por uns bons 500 anos, e se caracterizava por uma grande simplicidade sistêmica: o soberano mandava em tudo, inclusive nos nobres, que mandavam nos camponeses - sendo que "camponeses" eram todos os que não eram nobres. Tudo vinha de cima, por outorga ou decreto, do rei aos nobres e destes a outros nobres. Povo, claro, não existia.

Assim estabeleceram-se por aqui os portugueses, descendentes de Cabral, Caminha, etc. e durante outros quatro séculos - cuidaram de que fosse mantido o tal sistema feudal, tão simples e tão prático, enquanto - na Europa, o único primeiro mundo da época - aconteciam coisas como o Renascimento, o Iluminismo, a Revolução Industrial, etc. Não vou repassar aqui toda a nossa História, mas tem a ver com o sistema das capitanias que precederam os atuais estados (embora alguns tenham mantido o sistema de hereditariedade vitalícia), a proibição de equipamento de imprensa e o exercício do comércio - que, até bem perto da independência, em 1822 - só era concedido aos portugueses natos.

Coloquei o provérbio sobre o uso do cachimbo lá em cima porque como costumava repetir o embaixador e ministro Roberto Campos (cujo fantasma inteligente assusta muita gente até hoje) - temos um hábito renitente, em nosso país, de dedicarmos imenso esforço e energia na busca de soluções para falsos dilemas e problemas inexistentes.

A exigência de um pedaço de papel impresso para o exercício de qualquer atividade profissional é apenas um resquício da tradição feudal das benesses e outorgas reais. Como está muito entranhada na nossa cultura (afinal de contas, mil anos - os 500 lá, mais os 500 aqui - é tempo pra cachorro) a condição chega a parecer correta a muitas pessoas, que também costumam achar razoáveis medidas corporativistas e de reserva de mercado. O que - de novo - é simples e natural reflexo da natureza humana para a qual uma das leis maiores é a do mínimo esforço. Prova disso é que até capitalistas convictos - curtidos nas porfias pelo mercado - transformam-se e respiram aliviados, quando se lhes é oferecida a oportunidade de usufruir de um aconchegante monopólio...

O mérito individual como critério de seleção social, em qualquer setor, certamente incomoda a alguns e talvez exacerbe seus complexos de culpa; mas não pode haver nada mais justo.

Disponível em: <<http://www.jrwp.com.br/artigos/leartigo.asp?ID=533>>. **Acesso em:** 22 jul. 2009.